

As Humanas e sua aplicação prática: proposta para uma nova leitura da política científica e do desenvolvimento*

Renato Janine Ribeiro**

RESUMO: *A partir de uma discussão crítica do papel das ciências no desenvolvimento econômico e social, o autor desenvolve uma reflexão inovadora sobre as implicações para as ciências e as humanidades na nova relação da pesquisa com o estado, a empresa, e o terceiro setor. Diferenciando os fundamentos epistemológicos das ciências exatas e humanas, analisa as formas de sua produção social e o timing de sua maturação. Por sua natureza interativa as humanidades não são compatíveis com a mera avaliação de pares, utilizada pelas exatas, mas requerem em suas avaliações a incorporação de seus beneficiários sociais.*

Palavras-chave: *Avaliação; educação superior; ciências; humanidades; desenvolvimento econômico.*

ABSTRACT: *Starting with a critical discussion of the role of the sciences in social and economic development, the author introduces an innovating reflection on the implication for the humanities and for the sciences of the new relation of research with the state, private business, and the third sector. Establishing a difference between the epistemological foundation of the exact sciences and the humanities, the author analyses the forms of its social production and the timing for its maturation. Because of its interactive nature the humanities are not compatible with the mere evaluation by peers, as used in the exact sciences, for they require for their evaluation that the social beneficiaries be incorporated.*

Key words: *evaluation; higher education; sciences; humanities; economic development.*

I

As observações que se seguem – estritamente de minha responsabilidade, e que têm um certo quê de tentativo, mais se abrindo ao debate do que pretendendo encerrá-lo – provêm de minha experiência como membro do Conselho Deliberativo do CNPq, onde fui, entre 1993 e 1997, um dos seis representantes da comunidade científica brasileira¹, em 1996 como um dos dois relatores-gerais da Conferência Científica preparatória à Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado Iberoamericanos², e ainda como membro do Conselho e da Diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência³. Convém insistir em que nenhum destes cargos implica responsabilidades, laços ou compromissos com qualquer poder executivo⁴.

Na discussão do papel que podem ter, no rumo do desenvolvimento econômico e social, as ciências e tecno-

logias (ou, simplificando, a C&T), é preciso considerar o novo recorte da sociedade, que se desenvolveu significativamente desde a falência do socialismo-real e a crise do Estado nos últimos anos. Isso implica que, a par do setor público-estatal e do setor privado, seja preciso levar em conta o chamado “terceiro setor”, ou o público não-estatal. As dimensões desse setor são variáveis dependendo dos critérios que se utilizem, mas de modo geral podemos sugerir que ele se distinga mais por sua finalidade – ou, se quiserem, pela finalidade constatada em seu funcionamento – do que pela propriedade que sobre ele se tenha. O critério será menos jurídico e mais funcional.

Esse fato significa, assim, que uma forte dose de vontade esteja na base desse setor, como se nota examinando-se as ONGs, que ao ver de muitos parecem definir o tipo mesmo do que é público sem pertencer ao Estado.

* Trabalho apresentado na Assembléia Extraordinária da União de Universidades da América Latina (UDUAL), comemorativa de seu 50 aniversário, na cidade do México, em 23 de outubro de 1999.

** Professor titular de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo

1 O Conselho Deliberativo do CNPq tem quinze membros, dos quais seis representam a comunidade científica, dois a tecnológica e dois a empresarial. Os demais membros são os presidentes do próprio CNPq, da Capes e da Finep, bem como o secretário-geral

do ministério de Ciência e Tecnologia e ainda um representante dos servidores do CNPq. Os representantes da comunidade científica são escolhidos pelo ministro a partir de listas triplices enviadas pela SBPC no caso de cinco deles (a sexta lista vem da Academia Brasileira de Ciências) por um mandato de dois anos. Meu mandato começou assim em 1993 e, renovado em 1995, terminará em 1997. Dois desses conselheiros costumam ser da área de Humanas. Os outros quatro são de Exatas e Biológicas.

2 As conferências científicas prévias às reuniões de cúpula dos chefes de Estado e de governo já se constituem numa tradição, sendo

Podemos até adiantar que em certos casos o que cria esse setor é um certo voluntarismo, uma vontade hipostasiada – e isso suscita interessante questão: como pode existir um setor público pela simples vontade dos que nele trabalham? Mais do que existir, aliás: como pode legitimar-se. Enquanto o setor privado, pelo menos numa sociedade capitalista, não necessita propriamente *legitimar-se*, constitui um traço distintivo da dimensão pública que ela só exista enquanto, de algum modo, se legitima. Tradicionalmente, essa legitimidade lhe vinha da participação no Estado: as instituições públicas eram aquelas que partilhavam a legitimidade estatal. Ora, a mudança que atualmente presenciamos permite que surjam legitimidades públicas não-estatais quase pelo mero efeito da vontade dos participantes. Basta ver a importância de que se revestem as ONGs, bem como o *bias* favorável de que se beneficiam, para notar essa valoração que as constitui como espaços públicos sem, para isso, necessitarem do concurso do Estado.

Podemos acrescentar: se era público, tradicionalmente, o que se derivava do estatal, havia também uma versão alternativa, mais democrática ou mais revolucionária, para constituir-se o público. É aquela que os filósofos dos séculos XVII e XVIII expressaram pelas teorias do contrato: a legitimidade, ou o caráter, do que era público decorria do consentimento a ele conferido pelos (futuros) súditos ou cidadãos. Assim, podia constituir-se o público, numa versão mais tradicional e estatista, a partir do Estado, ou, numa versão mais democratizante e contratualista, a partir do consentimento dos cidadãos.

Ora, é fato que não temos, nas ONGs, e isso apesar do tom tantas vezes democrático ou socialmente interessado de que se investem, uma legitimação que decorra da vontade livremente expressa dos beneficiários de sua ação. Seu caráter público parece derivar das finalidades propostas e definidas pelos agentes da ONG, das boas inten-

organizadas pela CYTED, organismo espanhol cuja sigla se refere a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. O objetivo principal é realizar uma discussão em termos científicos das necessidades da área, em conexão com o tema da reunião presidencial que se seguirá, e propor algumas metas e meios aos governantes. É praxe haver dois relatores-gerais, um de língua portuguesa e outro de espanhola, por reunião.

3 Fui conselheiro da SBPC entre 1995 e 1997, secretário de 1997 a 1999, e novamente me elegi conselheiro para o período 1999-2003.

4 Versões anteriores do presente texto foram discutidas, especialmente, em duas ocasiões: na abertura do XIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Universidades Brasileiras (Cuiabá, 1o de outubro de 1997) e na Assembléia Extraordinária da União de Universidades da América Latina, UDUAL, comemorativa de seu 50o aniversário (Cidade do México, 23 de outubro de 1999).

ções – e bons resultados – de sua ação. Uma ONG não depende, para se constituir ou para se legitimar, da vontade manifestada pelos que se beneficiarão dos resultados de sua ação; estes são mirados como finalidade desta, e neste sentido são fundamentais, mas não são quem decide de sua existência e legitimidade. De todo modo, essa questão coloca problemas que pretendo discutir em outro lugar, e que portanto, aqui, apenas suscito.

Enfim, haveria que acrescentar, ao perfil mais ou menos humanitário, filantrópico em nova chave, que comumente se associa às ONGs, outras instituições ou associações que, por sua finalidade, são públicas: voltadas para as artes, para o conhecimento, para o que seja. Sempre parece estar presente um certo tom voluntário, um respeito a certos grandes valores (a vida, a arte, o saber): o setor público não-estatal visa a satisfazer a certas finalidades nobres, a que o Estado se terá revelado pouco capaz de atender.

E até mesmo empresas inteiramente privadas, como as jornalísticas, parecem comungar um pouco deste papel. De uns anos para cá, tem-se insistido, a propósito do paradoxo que consiste em ser a liberdade de imprensa um direito que parece beneficiar apenas os empresários do setor, na idéia de que esse é um direito exercido por alguns, mas que tem por titulares a todos. Até se usam categorias como o inglês *trust*, depósito, para tanto: o proprietário de jornal não é dono, mas fiel depositário de um direito que pertence a todos – o de conhecer o que acontece. O jornalista, ou o dono de jornal, tem amplos direitos – como por exemplo o de não revelar sua fonte, o de criticar livremente, quase no limite da injúria – e toleradas condutas quase mal-educadas, como a de telefonar ou importunar as pessoas nos piores horários e na sua intimidade; mas esses direitos e tolerâncias não lhe são devidos a ele pessoalmente, e sim como representante, procurador ou fiel depositário de um direito que é da sociedade, o de ser bem informada, a fim de poder bem decidir. Assim, no limite, empresas inteiramente privadas, como as jornalísticas, podem ter uma dimensão pública – na medida em que prestam um serviço público, o de informar – e portanto de algum modo, indireto ou não, compartilhar a dimensão pública não-estatal.

A questão que se coloca, passados estes breves comentários iniciais, é: como se situa a C&T em face desse novo recorte social? Penso que uma análise que hoje se proponha deve examinar com cuidado como se dão as vinculações da pesquisa com o Estado, com a empresa e com o terceiro setor. Depois de outra série de considerações – sobre a diferença entre as ciências humanas e as demais – procuraremos concluir sobre nossos dois pontos principais, a pesquisa de ponta e a relação da ciência com a sociedade.

II

A primeira questão que surge, quando se provém das ciências humanas e se está na política científica por indicação que se originou nas sociedades científicas dessa área (ou de Humanidades, como considero mais correto), refere-se ao difícil vínculo entre elas e a política científica – que foi concebida a partir das ciências exatas e biológicas, ou ainda da tecnologia. Cabe então discutir a dívida que a política científica tem com aquelas ciências mais tradicionais, para depois tratar da tecnologia.

Argumentarei que a fundação epistemológica das ciências humanas é distinta daquela das ciências exatas e biológicas. Embora estas últimas tenham vitalidade inegável, continuando constantemente a destilar novas disciplinas, é argumentável que sigam ainda um projeto cujas bases foram deitadas no século XVII, por Descartes e outros, e que se podem resumir em dois pontos. O primeiro é a nítida separação entre sujeito e objeto, pela qual aquele pode conhecer, sem demasiado ruído, este último. Evidentemente, desde as geometrias não-euclidianas e – sobretudo – a mecânica quântica e a teoria da relatividade, uma exterioridade absoluta entre sujeito e objeto se torna questionável. Mas tal exterioridade continua funcionando, em princípio. Já o segundo ponto é o que constitui o mundo, não apenas como objeto de conhecimento, mas como campo de dominação e de intervenção humana – recorde-se a famosa frase de Descartes sobre nos tornarmos “senhores e donos da natureza”. Em suma, é a separação sujeito/objeto que permite a primazia do primeiro termo, quer no plano do conhecimento, quer no da ação que com este se engata. A possibilidade da tecnologia decorre já de um recorte na esfera do conhecimento. Este ponto, aliás, foi assinalado em trabalhos notáveis por Heidegger e, sobretudo, por Frances Yates⁵.

Já a fundação das ciências humanas é distinta. Lévi-Strauss, num texto significativo⁶, atribui a Rousseau os fundamentos das ciências do homem, e isso justamente porque esse pensador se recusou a fixar uma separação radical entre o sujeito e o objeto, ou entre o homem que conhece e os seres vivos a quem conhece. A piedade, ou o sentimento de compaixão que nos aproxima de todo ser vivo que sofre, é a base para essas ciências. Daí que elas também se vinculem a certas práticas: se as ciências,

5 Refiro-me, dela, em especial ao notável Giordano Bruno e a tradição hermética. De Heidegger, cite-se o conhecido *A questão da técnica*.

6 Conferência pronunciada em Genebra, em 1962, e traduzida em *Antropologia Estrutural* - dois, com o título de “Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem”.

7 Hobbes, *Leviatã*, trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, São Paulo, editora Abril, 1973, cap. XI, p. 67.

digamos, galilaico-cartesianas foram as que permitiram o advento da tecnologia, as ciências, digamos, rousseauianas são as que permitem as práticas do homem sobre o homem, o que se constata desde a psicologia até a política.

Destes breves comentários, podemos extrair algumas consequências. Começamos anotando que é um erro supor que as ciências humanas sejam as mais recentes a ingressar num campo em que já estariam consolidadas as exatas e biológicas. Um erro de sérias consequências, que repercute em discursos equivocados, como os que entendem essas como *hard* e as outras como *soft* (sabe-se lá por quê), ou afirmam que certas áreas (não por acaso, das galilaicas) estão “consolidadas”, e que isso está por fazer no caso das humanas, irmãs menores, que ainda aprendem. Na verdade, o que temos são condições e propostas de inteligibilidade radicalmente distintas. O que caracteriza as humanas, antes de mais nada, é uma profunda perturbação nas relações entre sujeito e objeto. Se seu trabalho por vezes soa turvo, é porque enfrenta a difícil situação de uma coincidência entre o sistema que conhece e o sistema que é conhecido. Os efeitos disso, aliás, foram expostos com rara felicidade por Thomas Hobbes, no *Leviatã* (1651): “Pois não duvido que, se acaso fosse contrária ao direito de domínio de alguém, ou aos interesses dos homens que possuem domínio, a doutrina segundo a qual os três ângulos de um triângulo são iguais a dois ângulos de um quadrado, essa doutrina teria sido, se não objeto de disputa, pelo menos suprimida, mediante a queima de todos os livros de geometria, na medida em que os interessados de tal fossem capazes”⁷. Os interesses – acrescentemos: os desejos – humanos assim constituem séria limitação ao adequado conhecimento dos homens por si mesmos.

Temos, assim, dois campos distintos de inteligibilidade. Os critérios de um não valem para o outro. As práticas de um nem sempre são as mais adequadas para o outro. Talvez Freud, ao constituir uma teoria e uma prática que se desenvolve sobretudo em torno das resistências ao conhecimento do que vulgarmente se chamaria si-mesmo, tenha tocado no que é a essência mesma do trabalho em humanas, que se defronta sempre com a obstinação ante o conhecimento por alcançar e ante suas implicações (retomarei a importância que tem, no saber do homem sobre o homem, o fato de que as implicações práticas não sejam, de forma alguma, externas ao conhecimento mesmo).

Essa diferença de perfil responde por alguns dos principais conflitos que ocorrem entre nossa área e a política científica. A principal diferença é que o trabalho em Humanas repercute de forma decisiva sobre o pesquisador – melhor dizendo: o que ele diz acerca do objeto com frequência contém igualmente um discurso sobre o sujeito da pesquisa. É possível, em razoável parte dos traba-

lhos de Humanas, saber-se algo da psique de um pesquisador a partir de uma consideração do tema que ele trabalhou. E isso, longe de constituir um reducionismo ou uma psicologia de algibeira, está intrinsecamente ligado a tratar-se de pesquisas de seres humanos sobre seres humanos: de te, sabiam os antigos, *fabula narratur*. Daí, consequência inevitável, o perfil mais demorado da pesquisa, cuja maturação vai andando junto com o amadurecimento do pesquisador enquanto pessoa: este, já um pólo de conflito com as agências, que não aceitam esse *timing*.

Sugiro que os demais pontos de desencontro entre as humanas e as demais ciências (ou as agências de financiamento, que tomam o perfil destas últimas como valendo para todas as ciências) estariam ligados a essas diferenças de fundação. Resumindo, trata-se da importância que têm, para as ciências exatas e biológicas, elementos como o critério de publicações em revistas; a avaliação por pares, expressa em índices de citações; a gregarização da pesquisa, quase sempre encetada em grupos e raramente por indivíduos; a hierarquia piramidal da pesquisa, que geralmente conta com chefias bem definidas. Nenhum desses critérios é muito adequado às Humanas – e meço minhas palavras: porque, embora eles possam ter alguma serventia localizada, não dão conta do que é essencial na pesquisa em Humanas, a saber, a gestação de um saber que, por definição, contraria a nós mesmos. Todo saber sobre o homem tem, por principal inimigo a seu advento, o próprio homem: pela simples razão de que sempre contraria suas ilusões (Hobbes só errou ao limitar essa restrição ao desejo de dominar: porque vários são os desejos que tornam nosso auto-conhecimento indesejado para nós mesmos – e isso apesar de todas as declarações que nosso ego, ou consciência, formule em sentido contrário).

A conclusão deste ponto não será negativa. Devem as Humanas abandonar uma postura que tem sido basicamente defensiva, e mostrar que, se critérios gestados alhures não se aplicam a elas, não é por estarem elas engatinhando (que é a postura paternalista das agências), nem tampouco por serem um tanto inefáveis (que é a postura defensiva dos pesquisadores da área, a qual só lhes acarreta o desdém das administrações), mas por possuírem uma produção efetiva que nada tem a ganhar se for governada por critérios extemporâneos. Se queremos melhorar as Humanas, devemos considerar quais são as suas fundações, e agir de acordo com isso. Entrar pela porta dos fundos no concerto das outras ciências é tolice.

III

A questão, que suscitávamos no final da primeira parte, sobre o vínculo das diferentes áreas de pesquisa em C&T com os três setores da sociedade na verdade está ligada a outra: quais são os inputs, quais os *outputs* de cada área⁸? De que uma ciência necessita para trabalhar, que

resultados ela gera? Aqui sustentarei a tese de que, já que tendemos a pensar a C&T partindo da matriz cartesiana (ou, se quiserem, galilaico-cartesiana), resulta que pensemos seus efeitos práticos, sua contribuição à vida humana enfatizando o que é, na frase de Descartes sobre nos tornarmos “senhores e donos da natureza”, a base da tecnologia. Ou seja, se nas ciências exatas e biológicas visamos essencialmente objetos bem separados e distintos do sujeito (o que vale inclusive para o modo de trabalho da maior parte das ciências biológicas, tratando o homem enquanto objeto), é exatamente disso que decorre as tecnologias tratem o mundo enquanto matéria, e recortem o conhecimento e sua aplicação. Boa parte da defesa da ciência básica procede afirmando a precedência da pesquisa sobre a tecnologia, o caráter desinteressado da primeira, o surgimento da segunda mais a partir de uma economia de escala do que de um planejamento preciso em cada caso. O perfil é correto, mas cumpre notar que supõe uma certa exterioridade entre a pesquisa em ciência básica e sua aplicação tecnológica. Essa exterioridade tem menor cabimento nas Humanas.

Se a fundação e funcionamento das Humanas são diferentes das demais ciências, o mesmo valerá para o efeito prático do saber adquirido. Não se trata de usá-lo para dominar a natureza, entendida enquanto matéria distinta de nós. O que está em jogo é seu uso para um conhecimento que tem, de difícil e de essencial, o fato de ser do homem sobre o homem, e que por isso mesmo mescla em seu cerne o conhecimento e a ação, a razão e as paixões. Assim, sua eficácia se dá não no plano da produção das coisas, mas no da construção do mundo humano – que vai desde o plano aparentemente individual, o da psicologia, até o plano social.

Disso decorre uma dimensão prática do conhecimento em Humanas que não é nada desprezível. Esta ocorre nas terapias, se tomamos de novo aquilo que a se chama “indivíduo”⁹, na mudança social, na cultura em seus vários sentidos. Exemplo significativo disso está, por exemplo, na colaboração intelectual na imprensa brasileira, concorrendo para fortalecer um espaço democrático em nossa opinião pública. Aplicações dessa ordem, quando utilizam um conhecimento previamente gerado e o orientam para a prática, constituem o *output* de Humanas mais próximo do que é a tecnologia, para as demais ciências.

8 Uma abordagem mais detalhada desta questão foi apresentada por mim na reunião do Conselho da SBPC, em São Paulo no mês de julho de 1996, e saiu editada em agosto/setembro no Jornal da Ciência Hoje.

9 Evidentemente, o conceito de indivíduo é mais que problemático do ponto de vista das ciências do homem e, se a psicologia opera com o que costuma receber este nome, isso não significa que nele reconheça uma realidade conceitual – já que somos plurais em

IV

Contudo, nas Humanas, já no processo de produção do conhecimento, há uma presença dos beneficiários da pesquisa que é diferente daquela que se nota nas demais ciências. Simplificando, dizíamos que nestas a aplicação prática muitas vezes se destila somente depois da pesquisa; e isso porque há, conceitualmente, uma exterioridade entre os diversos momentos seus, desde o que recorta sujeito e objeto, até aquele que efetua o trabalho de aplicação prática. Por isso mesmo, aliás, a questão da resistência se tem tornado cada vez menos relevante nas ciências não do homem: se, no século XVI, uma nova cosmologia, como a copernicana, causava espécie; se, no século XVII, uma nova física, como a galilaica, era perseguida (a ponto de Copérnico tomar o máximo cuidado em assumir sua doutrina heliocêntrica, e Galileu ser processado pelos tribunais da Igreja e precisar retratar-se), se, ainda no século XIX, a teoria da evolução suscitava fortes oposições a Darwin (mas é verdade que neste caso já se tratava diretamente do homem) – o fato é que hoje as resistências ao conhecimento científico são de menor monta no que se diz respeito à destruição das auto-imagens do homem quando se trata das ciências não-humanas, e se revelam realmente maiores quando está em questão o saber gerado sobre o próprio homem¹⁰. Penso, assim, que um sinal a ser considerado – um indicador, embora reste ainda determinar de quê, o que tentarei adiante – no exame das ciências deva ser o da resistência que suscitam. Evidentemente, o mero chocar o senso comum não é, e nunca foi, garantia de qualidade. Mas pode medir uma certa vitalidade, um certo estar-na-ponta, uma certa relevância do trabalho.

A hipótese que aqui adianto diz respeito à pujança da pesquisa. Sustento que o discurso do homem em alguma medida (e aqui isso vale para tudo, e não só para as ciências do homem) sempre é um discurso sobre o homem. Mas não mais no sentido em que *revelo*, como no lapso freudiano, algo sobre mim ao tratar do outro. E sim porque o homem não é pré-determinado, mas em boa medida determina a si mesmo no trabalho da cultura (em sentido antropológico) e da história; como o homem é,

nossa psique (*abaixo* do indivíduo há portanto uma multiplicidade – “eu sou trezentos, trezentos e cinqüenta”, dizia Mário de Andrade) e, para as ciências da sociedade, somos imbricados com os demais (*acima* do indivíduo há portanto sua articulação com o outro).

10 É certo que as ciências não humanas continuam contestando o papel que se atribuiu, ao longo dos milênios, ao homem como centro do universo. Os estudos do planeta e de sua história, do universo, das determinações químicas e biológicas da vida e da humanidade muito têm feito para reduzir a ambição do ser humano a acreditar que o cosmo inteiro foi criado para ele.

Contudo, essa diminuição do papel central do homem constitui, nas ciências exatas e biológicas, um efeito *adicional* – não central – de seu trabalho. Nas Humanas, ao contrário, a colocação

essencialmente, essa capacidade vicária de auto-construção, todo discurso seu ou prática sua estará concorrendo para construir o seu modo presente e futuro de ser, bem como projetando alguma luz sobre seus modos passados de ser (talvez até conviesse dizer, mais que modos de ser, modos de estar, para acentuar-lhes a historicidade, a precariedade). Não está mais em jogo a possível revelação de um ser, mas a construção de seres, ou estares. Ora, onde melhor se verifica a construção do que naqueles lugares em que o saber apresentado causa maior impacto? E a aventura ocidental – o processo que Max Weber chamou de “racionalização” do mundo – não terá sido em seu cerne uma artificialização crescente das coisas, uma desnaturação constante, uma ruptura cada vez maior com uma *imago mundi* que apresentava o cosmo como natural, teocentrado, e sob tantos aspectos limitado às evidências imediatas, ao senso comum? É certo que para fundar suas pesquisas precisou Galileu ainda recorrer ao olhar – o de sua luneta –, mas com isso ele já rompia com a falsa evidência proporcionada por um olhar nu.

E hoje, quando vivemos a digitalização ou numerização, isto é, a substituição das formas de representação e visualização analógicas do mundo por uma representação binária e numérica (em português: *digital*), o que temos é a ruína do que ainda é antropomorfo em nosso modo de ver o mundo. Tudo isso não se choca, essencialmente, com o senso comum? Sem evidentemente afirmar-se que a verdade é função do choque, sem sustentar que ela seja diretamente proporcional a seu choque com o senso comum, podemos pelo menos adiantar que a verdade suscita choque, que ela produz um *impacto* significativo. E é isso o que torna, epistemologicamente, relevante o recurso às teorias freudianas da resistência como podendo dar conta pelo menos de um aspecto do trabalho científico: aquele em que ele, por inovar, causa estranheza. Eis o que permite, enfim, sugerir que uma parte da pujança científica – aquela em que a ciência concorre para transformar nossa constituição do mundo – se tenha transladado para as ciências do homem¹¹, ao portarem elas esse papel decisivo que consiste no enfrentar nossos

em que das convicções do ser humano é do próprio cerne da pesquisa. Não há, praticamente, trabalho inovador em Humanas que não conteste em certa medida o narcisismo do sujeito.

11 Isso não significa, obviamente, que essa pujança se aloque apenas nas Humanas. Ela está presente na pesquisa nuclear, no trabalho da informática, enfim, em todas aquelas áreas nas quais uma repercussão forte se produz em nosso mundo, a curto ou médio prazo. Mas talvez nas Humanas, por contestar a própria auto-imagem dos homens, ela se desnude mais (já dizer: “ela se reveste de...”, o que só pode ser sinal de uma resistência minha a esse processo mesmo de desnudamento).

Além disso, quero enfatizar o fato de que a produtividade própria do trabalho científico não se pode medir apenas *intra muros*, por aquilo que é mensurado na comunidade dos pares, mas

preconceitos, no modificar nosso mundo – ou, inicialmente, nossas imagens.

V

Uma nova concepção do conhecimento científico, ou melhor, de sua produção social se prende a estas observações que venho de tecer. Por *produção social do conhecimento* entendo, numa definição minimalista e certamente sujeita a críticas, aquela que não é espontânea, que não é gerada pelo pesquisador isolado, mas que tem apoio (*support*) numa rede que pode ser a de empresas privadas, mas também pode ser a do fomento por agências, geralmente estatais, ou, simplesmente, a do apoio sob forma de salários proporcionado por uma instituição de docência, o mais das vezes uma universidade. Cada vez mais, a política científica, no aparelho de Estado e nas associações que com ele mantêm relação intensa, procura integrar o que antes aparecia como pulverizado, e com isso a um tempo reduz o peso do pesquisador efetivamente isolado e procura – o que é mais importante – articular em redes os pesquisadores que pertencem às instituições universitárias.

Ora, o problema que surge se centra numa certa disputa sobre o poder na definição das metas na produção social do conhecimento. Consolidou-se, a partir das ciências exatas e biológicas, um modelo de avaliação centrado na comunidade científica – a avaliação pelos pares. O pressuposto, obviamente, é que a comunidade científica naquela determinada área constitui uma massa crítica suficientemente densa para poder medir o que tem qualidade e o que não a tem. Determinados instrumentos quantitativos – citações, impacto de revistas, etc. – só têm sentido a partir da tese *qualitativa* de um adensamento já realizado que capacite a área a se auto-avaliar. Ou seja, está pelo menos insinuado que de agora em diante a área pode auto-gerir-se, isto é, que sua história futura, sua prospectividade estará determinada pela presente: doravante, serão pequenas as revoluções científicas ou, pelo menos, elas poderão ser acompanhadas ou monitoradas pela comunidade. Serão, assim, revoluções, mas negociadas. Assinalemos que esse pressuposto não é nada óbvio! O que assegura que novas descobertas, ou invenções, serão aceitas pela comunidade “de sábios”? Elas podem ferir fundo suas convicções, ou perturbar suas posições – nos dois casos, como se chocarão com suas crenças de base, com

que ela é relevante também *extra muros*, no impacto social que tenha.

12 Gostaria de externar aqui minha estranheza ante o fato de alguns pesquisadores se autodenominarem “sábios”. Se o velho ditado guarda alguma pertinência, segundo o qual elogio em boca própria é vitupério, haverá pelo menos que estranhar a facilidade com que prolifera a autodesignação pela “excelência” ou “os sábios”. Este ponto, aliás, merece por si só uma análise à parte.

seus postulados primeiros, ou ameaçarão os postos que conseguiram, poderão enfrentar forte oposição. Nada garante, além do mais, que no futuro o conhecimento vá caminhar de forma construtiva, quer acrescentando-se apenas a resultados já obtidos, quer, mesmo quando põe em xeque esses conhecimentos, sendo aceito por uma comunidade de mentes tão abertas. Em suma, se consideramos as coisas do ponto de vista da ciência e de seus avanços, é duvidoso que a renovação científica proceda pelo simples desdobramento do que já há; e, se as lemos do ângulo da corporação, é pouco provável que um grupo de profissionais de uma área se disponha a abrir mão de suas posições e preconceitos em favor de uma nova postura: eis a dupla insuficiência do modelo que postula uma massa crítica, ou uma comunidade “de sábios”, como juiz do novo¹².

Talvez seja por isso que outro modelo esteja sendo testado, de forma talvez incipiente e que parece ter forte débito com a área tecnológica. Trata-se do que Ignacio Avalos chamou, de forma muito feliz, a *avaliação por impares*¹³, ou seja, aquela efetuada por beneficiários potenciais da pesquisa ou por aqueles que a custeiam. Parte de uma certa crítica aos riscos do corporativismo acadêmico, ou em particular da idéia de que, se o setor público custeia pesquisas, cabe-lhe discutir qual a sua relevância para a sociedade. É, portanto, uma crítica externa ao fazer científico, mas que se interioriza na medida em que, cada vez mais, a pesquisa custa caro, e portanto o seu financiamento deixa de ser um fator totalmente externo a ela, passando a condicionar diretamente sua existência.

Ora, aqui há duas possibilidades de se pensar o que é a presença dos possíveis destinatários ou beneficiários dos resultados da pesquisa (alguns poderiam agregar beneficiários ou destinatários sociais desses resultados). Recente discussão, no Conselho Deliberativo do CNPq (agosto de 1996), tratou de ante-proposta que esboçava essa direção¹⁴, embora com o equívoco de confundir “a sociedade” com o mercado, ou com as empresas. É essa, aliás, uma das duas possibilidades a que me referia. O equívoco é evidente, porque além do mercado há os movimentos sociais, enquanto atores, e enquanto bens há certos bens públicos dos quais o próprio Adam Smith já

13 Comunicação de I. Avalos, presidente do Conicyt venezuelano, à Conferência Científica de Santiago do Chile, em outubro de 1996.

14 Proposta de organização das ações de fomento do CNPq sob forma de programas, evitando sua pulverização no assim-chamado “balcão”. Essa proposta, que não tinha o endosso da diretoria do CNPq, foi debatida no Conselho Deliberativo e reformulada por comissão de trabalho do mesmo. Em finais de 1996, fui o redator de uma nova versão do projeto em tela. Embora discordando de vários pontos da proposta inicial, devo reconhecer que ela me chamou a atenção para a necessidade de integrar o beneficiário dos resultados da pesquisa na discussão da mesma.

dizia que o mercado não se encarregaria, por si só, de fornecê-los. Por essa via, pois, limita-se o que se entende por sociedade – e portanto toda uma teoria política que é aduzida para proclamar a necessidade de uma prestação de contas da pesquisa à sociedade que a financia na verdade acaba funcionando apenas para justificar a apropriação pelo capital de bens que foram pagos, sim, pela sociedade como um todo, e portanto, em proporção decisiva, pelo trabalho. Contudo, se uma crítica política a essa posição procede por essas linhas, uma crítica *filosófica* a seus conceitos poderá afirmar que teremos aqui a aplicação de critérios da tecnologia “tradicional” (isto é, daquela que parte da separação sujeito/objeto e opera sobre a matéria não-humana, ou, ainda, sobre a matéria humana mas considerando-a como não-humana, isto é, não dotada da capacidade de refletir e portanto de retro-agir, e, por aí, de fazer que o objeto se reverta em sujeito) à ciência como um todo. Esses critérios são aqueles que fazem o previsível resultado prático da pesquisa determiná-la, e o possível aplicador dela na prática – um agente no mercado – compartilhar sua decisão. Se isso é equivocado já do ponto de vista do funcionamento da pesquisa que resulta em tecnologia – a qual tem uma dose de imprevisível que não se pode negar –, não se contrapõe porém a ela na medida em que postula uma visão análoga das relações de conhecimento, isto é, do recorte sujeito/objeto.

Por isso, é fundamental assinalar que há uma segunda via para se pensar o papel dos beneficiários da pesquisa, no caso, claramente seus beneficiários sociais. Trata-se daquela que trilham, já, embora nem sempre de maneira consciente e explícita, as ciências do homem. O ponto de partida será, sim, essa nova concepção do conhecimento científico, que inclui os destinatários dos resultados da pesquisa entre os sujeitos que de algum modo determinam as direções bastante genéricas à pesquisa (e que o fazem sobretudo na medida em que a pesquisa necessita ser custeada socialmente, e portanto a *legitimidade* da alocação de fundos se constitui em questão sócio-política). Ora, pode-se argumentar que essa presença do beneficiário social da pesquisa, no caso daqueles trabalhos de conhecimento que têm o homem a um tempo como sujeito e objeto, não é casual ou fortuita, mas pertence – ou pode pertencer – à essência mesma dessa postura. Em outras palavras, um conhecimento do homem sobre si mesmo (que poderia ter por constante lema o já mencionado *de te fabula narratur*) não só perturba a distinção sujeito/objeto, não só questiona portanto esse fundamento da tecnologia que consiste na prevalência do humano, a partir da res cogitans, sobre a matéria tida, a exemplo da res *extensa* igualmente cartesiana, por inerte, – como além disso faz que o uso social do conhecimento não se possa apartar com extremo rigor da sua própria produção. Se nas ciências que não tratam do homem é possível pleitear

um ideal de rigor que consista em distinguir o tempo da descoberta e do conhecimento, propriamente ditos, daquele da aplicação e do uso; se a apropriação social do saber gerado é nitidamente posterior e exterior a sua mesma geração, – esse recorte não se aplica àquelas ciências em que o problema da re-flexão, entendida como o retorno do homem sobre si mesmo, se constitui como central. Daí, sem dúvida, que haja problemas específicos das ciências humanas, os quais discutiremos agora.

VI

Estes podem dizer respeito ao *risco do ruído* no conhecimento, assim entendido o que podemos chamar erro ou qualquer modo de perturbação da validade das proposições científicas. Ora, o estatuto do erro é bem diferente conforme discutamos – desculpe-se a banalidade do exemplo – um erro de cálculo ou uma afirmação seguramente equivocada em ciências ditas naturais (p. ex., que a soma de dois com dois, na aritmética, dê em outro resultado que não quatro), e um erro em ciências do homem. Naquelas, o erro em certa medida se esgota em si mesmo; dificilmente se poderá dizer que haja uma *positividade* do erro, no sentido em que este mereceria ter consideradas as condições que o gestaram. Evidentemente, há quem efetue esse trabalho, e isso em disciplinas relevantes, que se consolidaram em torno da história da ciência. Mais que isso, teóricos de primeira plana têm insistido, nos últimos tempos, num papel positivo do erro nas ciências: é o caso, entre outros, de Popper. De todo modo, porém, o próprio paradoxo que funda uma história da ciência – na medida em que tem uma concepção de história que remete mais às ciências do homem do que às da *physis*, as quais por muito tempo se caracterizaram por apagar (ou, como hoje se diz, *deletar*) o seu passado enquanto passado, conservando-o só na medida em que continuava válido ou era revalidado pelos progressos da ciência – já indica seu caráter de Humanas, dado que assim se introduz, nas ciências naturais, uma perspectiva historicizante que é distintiva das ciências do homem. E nestas o erro é detentor de forte positividade, quer se pense a partir do marxismo, como ideologia, quer com a psicanálise, como ato falho ou resistência.

Em todos esses casos, o que temos é a inserção, no próprio processo de conhecimento, de seus condicionantes à primeira vista “externos”. Se é essencial, no gesto do cientista que trabalha o que não é o homem, a exclusão dos elementos perturbadores, a produção de um relativo vácuo no tocante a opiniões, interesses e desejos, – nas ciências do homem estes são exatamente os elementos com os quais urge ele trabalhar. Aquilo que numas ciências é o impensado, talvez o impensável, e por isso se expulsa como dejetos, nas outras é o que faz pensar, a matéria-prima do pensamento. Pode ser que essa diferença ra-

dical de perspectiva responde, em boa medida, pelos desencontros e mesmo pela hostilidade que paira entre as duas famílias de ciências. Explica, pelo menos, a dificuldade que sentem os cientistas que não tomam o homem por objeto em respeitar as ciências do homem, oscilando entre a pretensão quase arrogante dos que distinguem ciências *hard* de *soft* e o paternalismo compreensivo dos que falam em áreas “consolidadas” ou não-consolidadas. Explica também, o que é decisivo, a meu ver, por que os trabalhos em Humanas demoram muito mais a se concluir. Em cada um deles, exceto quando assumem um perfil estritamente técnico – mas a que custo em termos de qualidade! –, um ajuste de contas do pesquisador com si mesmo está em jogo. Daí que a maturação da pesquisa se confunda, inúmeras vezes, com o amadurecimento do pesquisador. Não quer isso, obviamente, dizer que um pesquisador de Humanas seja pessoalmente mais maduro que um de outras áreas: mas, sim, que a relação do estudioso com suas paixões, com o que no laboratório é excluído ab initio, aqui constitui um problema permanente.

Isso se nota bastante bem nas reflexões, hoje já tornadas clássicas, sobre as dificuldades para se ser objetivo nas Humanas. Marx, com a teoria da ideologia, terá sido quem iniciou essa questão. Mas o próprio Max Weber, de quem é praxe citar a distinção entre as duas vocações, a do político e a do cientista, para indicar uma certa neutralização das paixões e dos *parti-pris* neste segundo, deixou claro que sempre lemos nossos objetos a partir de um ponto de vista, e que portanto uma objetividade seria altamente problemática neste tipo de pesquisa. Freud, finalmente, mostrou que o conhecimento que se poderia dizer mais próximo do “objetivo” sobre a psique humana – uma leitura correta das instâncias do aparelho psíquico – se defronta com inúmeras oposições, que não são apenas as do erro ou do ainda-não, mas se constituem *positivamente* enquanto resistências. O que pareceria, à primeira vista, mera negação – o erro, a ignorância – expressa na verdade uma afirmação – as resistências – e assim constitui quase que o cerne da vida da psique.

Em suma, o que pretendemos mostrar nesta seção é que os objetos (no sentido do inglês *subject*) das ciências do homem não são os mesmos das demais ciências – já por princípio, e já em função tanto do papel respectivo do sujeito e do objeto, quanto do próprio elemento com que lidam os distintos saberes. O que as ciências do homem trabalham é justamente aquilo que os demais saberes excluem. Se considerarmos esse excluído como dejetivo, reduziremos as ciências do homem àquelas que tratam das coisas menores. Se considerarmos, porém, que elas trabalham exatamente com aquilo que as demais ciências não conseguem, ou conseguiram, pensar, entenderemos a dificuldade extrema que se aninha por trás da aparente simplicidade dos temas. Esta é, obviamente, minha posi-

ção. Há nas ciências do homem uma ambição a lidar precisamente com as questões que ficaram relegadas, por *faire problème*, por serem problemas, na prática das demais ciências. Daí, sua dificuldade; daí, os problemas que na gestão mesma de C&T a elas se colocam. E dos quais, para concluir esta parte, enuncio mais um.

Trata-se do fato de usarem as ciências do homem, com raras exceções e nisto se distinguindo em linhas gerais das demais ciências, como sua linguagem específica a mesma linguagem natural que os humanos empregam no seu cotidiano. Obviamente, uma aceitação rigorosa se impõe a esses termos, mas creio não exagerar se disser que são apenas algumas dezenas de palavras, em média, aquelas a que cada teórico relevante conferiu um sentido técnico de elevada precisão, destoando, por conseguinte, do seu uso corriqueiro. Esse número pode aumentar ou diminuir, mas de qualquer forma, ainda que chegasse a umas centenas de termos – o que talvez nem Hegel tenha conseguido –, tratar-se-ia ainda de uma ínfima proporção das centenas de milhares de palavras dicionarizadas nas línguas ocidentais de tradição científica, e de pequena proporção das poucas milhares de palavras que constituem o horizonte usual do falante culto nessas mesmas culturas. Ora, esse dado suscita algumas questões.

Primeira: se a constituição das ciências a partir do século XVII se expressou, como tão bem propõe Descartes em seu inaugural *Discurso do método*, pela matematização de sua linguagem, as ciências do homem parecem então, pelo menos na forma de seu discurso, furtar-se a tal empreendimento. É claro que alguns autores, como Hobbes e Espinosa, pretenderão tratar do homem *more geometrico*, ainda que se valendo da linguagem natural, mas nestes casos um tanto formalizada (e não é por acaso que Hobbes tanto insiste na necessidade de submeter a linguagem corriqueira a uma série de definições – a fim de sujeitá-la ao empreendimento da *mathesis*). De todo modo, porém, a rotina é a da linguagem não matematizada. Faltarão, por isso, cientificidade ao estudo do homem? Consistirá ele essencialmente na troca de opiniões? Sabe-se que parte do preconceito que os cientistas de outras áreas nutrem em relação à nossa se exprime reduzindo as ciências humanas a uma doxa. Isso fica visível quando entram em discussão a respeito de nossos temas, por vezes, com uma tranquilidade que não teríamos para debater as questões deles.

Mas é a segunda questão aquela que permite responder à primeira. Se nossa linguagem é tão próxima da natural (sem impedir, aliás, que certos textos sejam herméticos e de difícil compreensão ao leigo), é porque *está na essência mesma das ciências do homem a passagem do discurso-sobre ao discurso-com e por vezes ao discurso-de*. Em outras palavras, o sentido essencial dessas ciências é o de operar a translação da terceira pessoa do discurso, no qual ela opera inicial-

mente (falando dos homens como “eles”), para uma linguagem dialogada e, finalmente, para uma primeira pessoa. Neste sentido é que o empreendimento das Humanas (ou, vale retomar, das Humanidades) é emancipador. Visa a restituir, ao homem, através de um discurso que o conheça, a capacidade de proferir ele mesmo um discurso verdadeiro e sem ilusões a seu mesmo respeito. Se quisermos retomar um termo hegeliano, renovado pelo marxismo, toda ciência do homem, quando relevante, visa a terminar com a alienação do homem, isto é, pretende conquistar para ele um conhecimento – e portanto capacidades de ação – de que estava privado. Daí que o efeito do discurso sobre seu objeto – que acaba se revelando seu público, e depois disso, quem sabe, seu sujeito – seja essencial ao próprio discurso. O efeito não é posterior, nem exterior, ao discurso. Discutir a fortuna crítica de um discurso como fortuna, isto é, sucessão de acasos, exterioridade posterior ao evento, é vão. Na verdade, o efeito – desejado ou real – já integra a própria obra discursiva no tempo de sua produção.

Este, pois, o sentido daquilo que à primeira vista soa como simples difusão, divulgação de idéias. Quando ocupa os espaços de cultura e opinião política dos jornais brasileiros uma proporção de intelectuais nitidamente superior àquela que teria o mesmo papel na França ou nos Estados Unidos, isto não significa que estejam necessariamente diluindo um conhecimento que tem, nas revistas científicas, seu melhor *locus*. Ao contrário: sabemos que em nossa área por vezes é mais fácil e menos significativo da qualidade de uma produção publicá-la numa revista científica – eventualmente pouco lida e pouco disputada, e por isso mais aberta aos trabalhos ainda incipientes –, do que num suplemento cultural de elevada difusão e que procura os intelectuais mais destacados para um artigo. Isso, que nas demais áreas seria uma impossibilidade – a qualidade na imprensa diária –, em nossa área é decorrência direta do fato de lidarmos com a linguagem natural: por isso, como bom número de idéias pode expressar-se tanto de forma técnica quanto de forma acessível, não temos um abismo de qualidade a separar a imprensa diária da especializada.

Finalmente, essa produção mais exotérica do texto de Humanas, em contraste com a tendência antes propriamente esotérica do discurso matematizado das demais ciências, – além de poder revestir-se de um sentido político, qual seja, o do diferenciado acesso ao saber científico proporcionado por uma e outra textualidades¹⁵ –, proporciona outro resultado estratégico. Ela efetua uma interdisciplinaridade de fato, não planejada, entre as diferentes ciências. Os textos de mais fácil acesso são aqueles em que a exigência do linguajar técnico – que para nós é *externa e acidental* em relação à qualidade do texto, ao contrário daquelas ciências matematizadas nas quais ela é *interna e essencial* a esse respeito – cede à elegância e facilidade

da escrita. Isto permite, evidentemente, o acesso a boa parte da produção de ciências do homem de um público que eu chamaria leigo culto. Trata-se daquelas pessoas que, sem terem uma formação profissional em determinada área, dispõem-se ainda assim – se lhes for poupada a passagem por termos demasiado às avessas do auto-explicativo – a ler um texto que as enriqueça. Isto, já neste plano, produz uma eficácia de leitura que faz parte do produto, do *output*, das Humanas. Mas, mais que isso, com frequência que valeria a pena quantificar, textos dessa natureza são lidos por especialistas de outras áreas afins. O leigo culto é na verdade o profissional do lado, mas que, nessa relação específica, não pertence à profissão. Circulam, assim, idéias importantes entre profissionais próximos pelo atalho da laicização culta. A passagem pela linguagem natural constitui o ponto em que se fazem os nós entre os cientistas, em Humanas, e isso já porque seu objeto é constituído, como reiteramos várias vezes, pela possibilidade de reagir, de retro-agir, sobre o efêmero sujeito do conhecimento.

VII

É nesse plano que se deve colocar a questão do que seria a *tecnologia* das ciências do homem, isto é, a aplicação prática do conhecimento gerado. Toda nossa argumentação, vê-se, vai contra a tese tão difundida, e na qual convergem tanto os detratores das ciências do homem quanto os que delas têm uma visão simplesmente defensiva, segundo a qual elas não têm aplicação na prática, por serem razoavelmente inúteis, ou por se furtarem a algo tão submisso aos interesses imediatos da economia, do poder, etc. Nossa tese é outra: a eficácia do saber sobre o homem é relevante, efetuando-se em campos os mais diversos, mas os quais têm sido relativamente pouco valorizados. Essa ignorância do campo de eficácia de nossas ciências se deve, antes de mais nada, ao fato de se utilizarem modos de compreensão que derivam de outras áreas. Se é essencial o diálogo inter pares, que dizer então de ciências nas quais a relevância está justamente ligada à possibilidade de se sair do campo fechado de interlocução interna, para trazer aos demais homens, aqueles que eram terceira pessoa do discurso, a possibilidade de se tornarem primeira pessoa? O importante é que, se essa saída do campo discursivo cerrado – que é comandada pela própria postura basilar das ciências do homem – não for compreendida, perder-se-á de vista exatamente o que é a essência delas. Em outras palavras, se entendermos as ciências do homem a partir de índices de citação, de pares

15 Cf. meu “A filosofia política na história”, publicado em apêndice à 2a edição de meu livro *Ao leitor sem medo* – Hobbes escrevendo contra o seu tempo, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, p. 341-52.

etc., não entenderemos nada delas, e possivelmente mataremos o que têm, elas, de melhor.

Há, aliás, uma razão filosófica fundamental para essa postura das Humanas. Elas nascem de um profundo mal-estar na cultura. É porque o homem se percebe histórico que, desde o século XVIII, ele reflete de maneira nova e mais radical sobre si mesmo. Essa queixa de si o levou a colocar a mudança, talvez pela primeira vez na história, como um valor, como algo ansiado, de que depende a vida melhor. Na tradição anterior, a problemática da vida boa, daquela que segue os cânones da ética ou da política, se colocava *sub specie aeternitatis*. Quando muito, cabia-nos encontrar o escaninho no qual nos alocaíamos, de oportunidades oferecidas em princípio a todas as épocas. Ora, desde que começou a ruir o sistema colonial, com a Revolução Americana, e o Antigo Regime, com a Revolução Francesa, não apenas se perdeu a convicção de uma perenidade ou de uma necessidade dos antigos modos de ser, como a mudança dos mesmos passou a constituir forte anseio. Uma sociedade que de tantos modos se declara infeliz procura as vias pelas quais se recriar de modo mais feliz. Isso, evidentemente, recoloca em questão o lugar a ser ocupado por cada um de vários e velhos temas, como os da vida boa, da vida melhor, da felicidade, mas baste recordar a importância ímpar que o descontentamento e a busca da mudança adquirem em nossa cultura.

São as ciências do homem que portam, essencialmente, essa aspiração. São, pois, ciências que procuram conhecer seu objeto a fim de mudá-lo. Isso não é fácil, requerendo lógica bastante distinta daquela em que o procedimento é mais propriamente descritivo. Evidentemente, todas as ciências nasceram de alguma meta e se conservaram por mantê-la ou renová-la; a revolução galilaica assim pertencia à empresa de tornar-nos senhores da natureza, quicá do universo. O fato de nascerem as ciências do homem de uma proposta de renovar a sociedade e o próprio homem não destoa de tal padrão. O que as distingue das demais ciências não é, pois, estarem de algum modo comprometidas com uma finalidade não-científica (o que vale para todas), mas o fato de que essa finalidade exija que seus resultados sejam conhecidos da maior parte das pessoas. Divulgar os resultados, portanto, não é apenas a tradução da pesquisa em linguagem vulgar, uma passagem do latim da ciência (que são hoje o inglês e a formalização matemática) a um *sermo communis*. É, isto sim, um passo essencial, pelo qual se efetua a apropriação dos resultados da pesquisa pelos que podem melhor utilizá-los. Daí que seja relevante, e não casual, por exemplo, que uma tribo receba alguma forma do trabalho que sobre ela feita; que índios ou artesãos assistam ao filme que sobre eles foi rodado; que uma sociedade tome conhecimento dos trabalhos de ciência política, ou mesmo de filosofia política, que sobre ela versam. Nada mais equi-

vocado do que confundir isso com a difusão. Nesta última, um conhecimento sobre um objeto (que, embora inanimado, chamaremos pelo termo técnico de terceira pessoa) é diluído para que chegue a uma pessoa que não é o cientista (nem seus pares), e obviamente também distinta do objeto. O destinatário do discurso de divulgação nas ciências não do homem, portanto, apenas prolonga um empreendimento de *produção de sucessivas exterioridades*: a inicial, do sujeito em face do objeto, e agora a do leitor leigo em face tanto do objeto quanto do sujeito. Já nas ciências do homem, o trabalho que parece ser de difusão é na verdade um empreendimento de *apropriação*, pelo qual a terceira pessoa do discurso – que, no caso, é também pessoa no sentido moral, e não apenas no da teoria do discurso, já que não é um ser inanimado, mas sim dotado de consciência – adquire um saber sobre si¹⁶. Daí que isso nada tenha a ver com a mera difusão.

A aplicação prática é, portanto, essencial. Para isso, porém, vê-se que é preciso retomar um sentido da prática, em que ela é mais *praxis* – e, portanto, ação dos homens sobre si mesmos – do que *techné*, ou seja, ação dos homens sobre as coisas. Basta, aliás, lembrar que tradicionalmente se chamava de filosofia prática àquelas áreas da filosofia que são a ética e a política: aqui está uma prática de maior solidez e rigor, aliás, do que aquela atuação que se hipostasiou na modernidade, e que substituiu os ideais de *vita activa* dos antigos, reesboçados na Renascença, por uma atividade que elide o mundo humano para tratar das meras coisas. Não por acaso, um dos problemas de fronteiras entre as Humanas e as demais ciências se dá a propósito de como considerar os mesmos objetos: é o que hoje se presencia nas neurociências, que de modo geral adotam perspectivas das ciências biológicas para examinar temas que foram trabalhados, antes e em nosso mesmo tempo, pelas psicologias, a começar pela psicanálise; evidentemente, se por vezes alguns neurocientistas cometem o equívoco de discutir questões já trabalhadas sem o cuidado de mencionar os trabalhos já existentes (nem que seja para discordar deles), é porque as posturas são nitidamente diferentes, e a diferença reside no ponto que mencionarei.

Em suma, e aproximamo-nos do fim, não existe uma praticidade inferior das Humanas. Ao contrário, nelas a praticidade é integrante do gesto mesmo que as define. Penso que este ponto deve ser realçado. A boca nos ficou

16 A tentação é grande de falar em fim da alienação (em sentido hegeliano e mesmo marxista), já que pode ser que o homem assim recupere algo em si mesmo que lhe é essencial, imprescindível; mas convém evitar esse termo, para se esquivar o risco de subentender que todo o trabalho nosso seja o de uma reconstituição de algo que antes existia: o grande risco, pois, de uma perspectiva não-histórica, que nada, no conhecimento que temos, justifica.

torta, de tanto olhar nossos próprios trabalhos do viés que é errado, por não ser o pertinente. Urge consertar o ângulo de abordagem.

VIII

Resumindo, procuramos nestas páginas redefinir o que se entende por pesquisa e por prática nas chamadas ciências humanas. Partindo da idéia de que nelas é essencial uma relação na qual sujeito e objeto, longe de se cindirem, interagem, argumentamos que por isso os critérios de cientificidade, de produção da ciência e de geração de *outputs* são diferentes; ou, explicando melhor: que a produção do conhecimento científico em Humanas leva em conta o que está “fora” da comunidade acadêmica muito mais do que nas outras áreas, e por isso mesmo a eficácia do conhecimento assim engendrado se revela também num campo de muito mais interações do que parece quando se mensura, equivocadamente, esse trabalho a partir de uma multiplicação de exterioridades. Ora, se cada vez assume maior importância um terceiro setor, que seja público sem ser estatal, sucedendo em nossos países ao que antes se celebrava com o nome de “sociedade civil” e favorecendo um processo que em outro lugar chamei de “onguização da sociedade civil”¹⁷, há que se ter em conta o papel privilegiado das Humanas na relação com esse

novo espaço de organização social. São elas que se relacionam por excelência com as ONGs, são elas que participam com destaque da imprensa e da gestação de uma opinião pública que possa ser marcada, cada vez mais, pelas aquisições dessas ciências.

Em síntese, se de fato um novo modelo da produção social do conhecimento se descortina, integrando os beneficiários dos resultados da pesquisa na própria discussão, pelo menos, do custeio da mesma, é importante considerar que esse novo modelo em vários pontos corresponde ao que espontaneamente as ciências do homem vêm fazendo desde tempos: mas com as condições, decisivas, de que não se reduza “a sociedade” ao mero mercado, os beneficiários dos resultados às empresas, e a produção à mera produção de mercadorias. Se, porém, pensamos que pelos bens que se produzem o que na verdade se produz é o próprio homem, e que o grande desafio ao conhecimento, em nossos dias, reside na reflexão, no conhecimento que o homem tenha de si, e nas ações que isso implique – então, o papel das Humanas, longe de confinar-se na defesa de procedimentos tradicionais ou na preservação de algum espaço ameaçado, deverá ser cada vez mais positivo, definindo novas agendas para a comunidade científica enquanto tal e também para a sociedade como um todo.

17 Participação em mesa-redonda sobre a Universidade, no MASP, em março de 1993, com Sérgio Paulo Rouanet e Luís Costa Lima, com coordenação de Hamilton dos Santos. O texto da mesma tem publicação prevista desde aquela época.